

Ulysses: protelar Constituição é loucura

Ele diz não crer, mas tem medo de bruxaria e teme manobras contra a Carta

O CRUZ

"A Constituinte não é hospício. Só um louco poderia ter uma idéia deste tipo". A declaração foi feita ontem pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que tomou a iniciativa de falar aos repórteres de plantão em sua residência sobre as notícias de manobras para inviabilizar ou protelar os trabalhos da Assembléia. Além das afirmações do líder do PFL, José Lourenço, defendendo a dissolução da Constituinte, foi veiculada a informação de que assessores do presidente José Sarney trabalham em favor do adiamento da promulgação da Constituição. Ulysses explicou que, ao comentar o assunto, estava se vacinando preventivamente, e disse que tem medo de assombração:

— Isto não tem nenhum endereço certo. Mas como isso aí está no ar, e eu tenho medo de assombração. No creio em bruxarias, mas que las hay, las hay (não creio em bruxarias, mas que elas existem, existem). Então, estou me vacinando preventivamente. Nada mais do que isto. Se alguém vestir a carapuça, paciência. Eu não estou falando contra ninguém, especificamente.

Ulysses começou a entrevista afirmando que diante das notícias que circulam pelo País, gostaria de dizer que "quem injustamente ficar contra a Constituinte está contra o Brasil, contra a democracia que custou tanto sangue, luta, dificuldades, exílios". Acrescentou que as manobras para inviabilizar a Constituinte ou adiar os trabalhos, se é que existem, prejudicam profundamente a nação e milhões de brasileiros. E ao dizer que a Constituinte não é hospício, foi enfático:

— Nesse recenseamento de sandices, não acredito que tivesse 280 loucos para apoiar iniciativas desta ordem. Quem tem eventualmente forças para o adiamento, tem força para apresentar emendas e pedidos de destaques, para reunir 280 votos.

Para Ulysses, se as manobras tivessem êxito, o País iria viver a pior das crises: a da legalidade, a da democracia. O presidente indagou como a maioria de miseráveis, injustiçados e preteridos iriam conseguir o respeito aos seus direitos, ao bem-estar, senão através da democracia. E prosseguiu:

— O voto é igual na mansão, na tapera ou debaixo da ponte. Seria um retrocesso brutal.

Indagado sobre se acreditava em alguma possibilidade de as manobras serem bem-sucedidas, o presidente da Constituinte disse que não. Lembrou as campanhas pelas diretas e pela anistia, com a Constituinte como "carro-chefe":

— Perseguímos este ideal durante toda a nossa luta sabendo que era um marco definitivo para a implantação da democracia. Estamos nadando há vinte anos, nadando, nadando,

muitos se afogaram, muitos foram mortos e, a vinte metros da praia, com vinte votações compactas, chegamos à praia. Vamos nos afogar agora?

A uma pergunta sobre os riscos de o projeto constitucional ser derrubado, e o processo constituinte voltar à estaca zero, Ulysses disse que não era especialista "em tratar de doído", não era diretor de hospício, mas sim presidente da Constituinte.

"Mas quem é o louco"? indagou uma repórter. "Não sei, vamos ver quem aparece, quem vai aparecer querendo tomar medidas como esta". Sempre dizendo não acreditar na existência de manobras, Ulysses destacou que todos colaboraram com o projeto constitucional, o que pode ser constatado pelas votações:

— Se não ficaram contra desde o começo... Vamos ver.

Sobre qual seria a estratégia do Executivo, Ulysses sugeriu que a questão fosse submetida ao Governo — o ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, estava na residência do presidente da constituinte. Também lá estava o ministro da Marinha, Henrique Sabóya. Indagado sobre se o Planalto estaria interessado nas manobras, Ulysses afirmou que não queria fazer nenhuma referência ao Governo. E acrescentou que nas conversas com o presidente José Sarney, nunca surpreendeu nenhum desejo de criar dificuldades à Constituição, mas sim, ponderações justas acolhidas pelo relator Barnardo Cabral — que estava ao seu lado durante a entrevista.

Ulysses disse também que o trabalho de elaborar uma "Constituição cidadã" prosseguirá, e observou que as críticas decorrem da natureza do texto:

— Mexer no bolso de gente é muito perigoso.

O presidente da Assembléia acrescentou que os constituintes não têm a pretensão da infalibilidade da Constituição. Lembrou que o relator deu parecer favorável a emendas com o objetivo de corrigir lacu-

nas e imperfeições, e que o texto prevê a possibilidade de alteração da Constituição, dentro de cinco anos, por maioria absoluta:

— Que é que mais querem? É uma confissão de humildade, de sensibilidade pelas mutações que a sociedade poderá ter ou eventuais defeitos da própria Constituição que a prática revele.

Na entrevista, Ulysses falou ainda sobre a questão da Previdência. Disse não acreditar em crise por causa da atitude do ministro Renato Archer de defender o projeto constitucional. Afirmou que o ministro conversou com o presidente, foi "muito leal", e disse a Sarney que iria mandar um relatório:

— Acho que o presidente Sarney ficará satisfeito, pois o setor da Previdência que diz respeito aos benefícios dos aposentados e daqueles que precisam de médico e saúde será aprimorado. Será a grande conquista de seu Governo.

Ulysses assegurou que a decisão dos Estados Unidos de aplicar sanções comerciais contra o Brasil, em função da disputa em torno da adoção de patentes para medicamentos, não terá reflexos sobre a votação do segundo turno da Constituinte. O deputado não acredita que os constituintes possam impor maiores restrições ao capital estrangeiro como represália a atitude americana.

— Não temos o propósito da vingança, nós não perdemos a serenidade, agimos com a maior racionalidade e não vamos nos influenciar pela emoção do momento — afirmou.

Ulysses criticou, no entanto, a decisão americana, considerando-a "fora de propósito". Ele lembrou que a indústria farmacêutica é dominada pelas empresas multinacionais, inclusive americanas, acrescentando que se os Estados Unidos analisarem a situação mais cuidadosamente não insistirão neste caminho. Ao seu lado, o relator da Constituinte, Barnardo Cabral, comentou que o espaço para o capital estrangeiro foi preservado no texto constitucional.

Governo desmente líder

O secretário de Imprensa da Presidência da República, Carlos Henrique Santos, disse ontem que a sugestão de suspender os trabalhos da Constituinte até depois das eleições municipais não expressa a opinião do Governo.

— É a opinião pessoal do deputado José Lourenço, disse Carlos Henrique, se referindo a declarações do líder do PFL, que criticou o projeto de Constituição que começa a ser votado em segundo turno na segunda-feira e sugeriu que os trabalhos fossem interrompidos du-

rante a campanha sucessória municipal.

Os jornalistas quiseram saber a posição do Governo sobre informações de uma articulação para impedir — por falta de quorum — a aprovação do projeto, o que levaria a necessidade de recomençar os trabalhos de negociação. O porta-voz da Presidência da República manteve a firmeza para dizer que essa não é a posição do Governo mesmo quando um repórter disse que, pouco antes, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, defendera a mesma posição.